



## ALE-RS - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul *Técnico Legislativo*

### LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos .....	1
Coesão .....	8
Ortografia oficial .....	9
Acentuação gráfica.....	11
Emprego de classes de palavras .....	13
Emprego do sinal indicativo de crase.....	24
Sintaxe da oração e do período .....	25
Pontuação .....	30
Concordância nominal e verbal.....	34
Regência nominal e verbal.....	36
Pronomes: emprego, função referencial .....	38
Tempos e Modos verbais.....	39
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas e adequação da linguagem).....	44
Exercícios.....	45
Gabarito.....	55

### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estruturas Lógicas. formação de conceitos. discriminação de elementos.....	1
Lógica de Argumentação.....	13
Leis de Morgan.....	14
Diagramas Lógicos.....	15
Trigonometria .....	19
Matrizes, Determinantes e Solução de Sistemas Lineare.....	23
Álgebra .....	34
Combinações, Arranjos e Permutação.....	50
Probabilidade, Variáveis Aleatórias e Principais Distribuições de Probabilidade .....	53
Geometria Plana. Geometria Espacial. Geometria Analítica.....	63
Progressões Aritméticas. Progressões Geométricas .....	85
Funções Matemáticas .....	88
Juros Simples e Compostos.....	97

# SUMÁRIO



Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático (que envolvam, entre outros, conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; conjuntos numéricos complexos; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem).	99
raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos .....	122
Exercícios .....	126
Gabarito .....	134

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: conceitos; natureza e princípios básicos .....	1
Organização administrativa: Administração direta e indireta; Autarquias e fundações públicas. Empresas públicas; Sociedades de economia mista; Entidades paraestatais .....	6
Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação .....	14
Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação do contrato administrativo; Formalização, execução, inexecução, alteração e rescisão de contrato.....	31
Licitação: conceito, princípios, finalidades, objeto, modalidades .....	55
Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	73
Cargos públicos; Provedimento, promoção, vacância e remoção; Direitos e vantagens dos servidores públicos civis .....	145
Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de improbidade Administrativa .....	205
Exercícios .....	222
Gabarito .....	227

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios Fundamentais: fundamentos, objetivos e princípios da República Federativa do Brasil segundo a Constituição Federal em vigor .....	1
Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos .....	2
Organização do Estado: Dos Estados Federados; Dos Municípios.....	19
Da Administração Pública; Dos Servidores Públicos .....	26
Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário .....	34
Da Segurança Pública.....	81
Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação .....	82
Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	94
Exercícios .....	117
Gabarito .....	124



## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA/REGIMENTO INTERNO

Legislação Aplicável aos Servidores Públicos: Lei Complementar Estadual nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul .....	1
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul – Resolução de Plenário nº 2.288/1991 e suas alterações posteriores .....	48
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul – Resolução de Plenário nº 3137/2015 e alterações posteriores .....	107
Lei Estadual nº 14.688/2015 – Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e reorganiza o quadro de pessoal efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências .....	146
Exercícios .....	178
Gabarito .....	182

## NOÇÕES DE CIÊNCIA POLÍTICA

Conceitos básicos da ciência política: consenso; conflito; política; poder; autoridade; dominação; legitimidade, soberania, ideologia, hegemonia.....	1
Estado: Conceito e evolução do Estado moderno; Estado, governo e aparelho de Estado.....	11
Temas centrais da teoria política clássica: constituição e manutenção da ordem política; contrato social; demarcação das esferas pública e privada; repartição de poderes	12
Weber e a dominação racional legal com quadro burocrático. Os quadros e meios administrativos do Estado .....	17
O Estado de bem-estar social e os direitos civis, políticos e sociais. As crises do Estado de bem-estar social. Evolução do estado de bem-estar social no Brasil e a noção de cidadania regulada .....	19
Ideias e regimes políticos. Principais correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais. Principais correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. O liberalismo no século XX. ....	20
Estruturação do Estado no Brasil: a construção da república, da democracia, da federação, dos aparelhos de Estado e da administração pública federal .....	21
Federalismo: Estado unitário e Estado federativo; relações entre esferas de governo e regime federativo.....	22
Relações entre política e administração; limites e possibilidades de atuação da esfera pública na produção e regulação de bens públicos; instituições não governamentais e o exercício do poder público.....	23
O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988 .....	24
Democracia, descentralização, atores sociais, gestão local .....	25
Representação política: a organização dos partidos políticos e dos processos eleitorais, o funcionamento dos órgãos administrativos, legislativos e de justiça; mecanismos administrativos e legislativos de controle estatal.....	27
QUESTÕES.....	34
GABARITO .....	38

# SUMÁRIO



## POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas: Políticas Públicas; As diferentes conceituações de políticas públicas .....	1
Teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas: redes de políticas públicas e coalizões de defesa .....	15
O ciclo de políticas públicas: formação da agenda governamental, processos decisórios e problemas da implementação.....	19
Governança em Políticas Públicas .....	21
Avaliação de políticas públicas; Principais referenciais de avaliação e governança de políticas públicas; Avaliação ex-ante e ex-post.....	23
O papel do Poder Legislativo na produção e na avaliação de políticas públicas .....	26
Questões .....	28
Gabarito .....	32

## REALIDADE SÓCIO-POLÍTICO-HISTÓRICA DO RS

O espaço natural: estrutura geológica e características do relevo .....	1
Ecossistemas florestais e não-florestais .....	1
O clima .....	2
A rede hidrográfica .....	3
Aproveitamento dos recursos naturais e impactos ambientais .....	4
A organização do espaço: aspectos históricos do processo de ocupação .....	4
Dinâmica dos fluxos migratórios: aspectos étnicos e culturais .....	5
Aspectos geopolíticos e planos de desenvolvimento regional .....	7
Aspectos socioeconômicos: extrativismo florestal e mineral.....	8
Estrutura fundiária e conflitos pela terra.....	9
Fontes de energia: potencial hidrelétrico, hidrelétricas e meio ambiente .....	10
Transportes: a malha viária .....	12
O processo de urbanização e rede urbana .....	13
Cultura: música, literatura, artes e arquitetura .....	14
A questão ecológica: desmatamento, poluição das vias hídricas e alterações climáticas.....	17
A As regiões geográficas do RS e suas características .....	19
Exercícios.....	20
Gabarito.....	30

# SUMÁRIO

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organização do Estado e da Administração Pública .....	1
Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial ..	1
Experiências de reformas administrativas.....	5
O processo de modernização da Administração Pública .....	9
Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública.....	12
Governabilidade, governança e accountability.....	12
Governo eletrônico e transparência .....	18
Qualidade na Administração Pública.....	30
Novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública .....	31
Gestão Pública empreendedora.....	35
Ciclo de Gestão Governamental .....	36
Controle da Administração Pública.....	37
Ética no exercício da função pública.....	46
Orçamento público e os parâmetros da política fiscal.....	47
Ciclo orçamentário.....	50
Orçamento e gestão das organizações do setor público .....	56
Características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias).....	57
Mensuração de desempenho e controle orçamentário .....	58
Elaboração, Gestão e Avaliação Anual do PPA.....	59
Modelo de gestão do PPA .....	63
Exercícios .....	64
Gabarito.....	72

## SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



## PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

### Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

### Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) –  $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

### Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**



### Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {função política e administrativa}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

**a. Fomento:** É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

**b. Polícia administrativa:** É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

**c. Serviço público:** resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



## Forma, Sistema e Fundamentos da República

### – Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

### – Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

### – Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

### – Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

### – Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

### – Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

### Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

**LEI COMPLEMENTAR N.º 10.098, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1994.**

Dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul.

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Esta lei dispõe sobre o estatuto e o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, excetuadas as categorias que, por disposição constitucional, devam reger-se por estatuto próprio.

Art. 2.º Para os efeitos desta lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3.º Cargo público é o criado por lei, em número certo, com denominação própria, consistindo em conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, mediante retribuição pecuniária paga pelos cofres públicos.

Art. 4.º Os cargos públicos estaduais, acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos legais para a investidura e aos estrangeiros na forma da Lei Complementar, são de provimento efetivo e em comissão. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 13.763/11)

§ 1.º Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, não serão organizados em carreira.

§ 2.º Os cargos em comissão, preferencialmente, e as funções gratificadas, com atribuições definidas de chefia, assistência e assessoramento, serão exercidos por servidores do quadro permanente, ocupantes de cargos técnicos ou profissionais, nos casos e condições previstos em lei.

Art. 5.º Os cargos de provimento efetivo serão organizados em carreira, com promoções de grau a grau, mediante aplicação de critérios alternados de merecimento e antiguidade.

Parágrafo único. Poderão ser criados cargos isolados quando o número não comportar a organização em carreira.

Art. 6.º A investidura em cargo público de provimento efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. A investidura de que trata este artigo ocorrerá com a posse. (Vetado pelo Governador e mantido pela Assembleia Legislativa, conforme DOE n.º 66, de 08/04/94)

Art. 7.º São requisitos para ingresso no serviço público:

- I - possuir a nacionalidade brasileira;
- II - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- III - ter idade mínima de dezoito anos;
- IV - possuir aptidão física e mental;
- V - estar em gozo dos direitos políticos;
- VI - ter atendido às condições prescritas para o cargo.

§ 1.º De acordo com as atribuições peculiares do cargo, poderão ser exigidos outros requisitos a serem estabelecidos em lei.

§ 2.º A comprovação de preenchimento dos requisitos mencionados no “caput” dar-se-á por ocasião da posse. (Vetado pelo Governador e mantido pela Assembleia Legislativa, conforme DOE n.º 66, de 08/04/94)

§ 3.º Para efeitos do disposto no inciso IV do “caput” deste artigo será permitido o ingresso no serviço público estadual de candidatos portadores das doenças referidas no § 1.º, do artigo 158 desta Lei, desde que: (Incluído pela Lei Complementar n.º 11.836/02)



### **Conceitos Básicos da Ciência Política**

A Ciência Política é uma disciplina acadêmica que estuda a política, o governo, o poder e as relações de poder em sociedades humanas. Ela se dedica à análise e compreensão dos processos políticos, instituições, comportamentos políticos, teorias políticas e dinâmicas sociais relacionadas à tomada de decisões coletivas.

São considerados conceitos básicos da Ciência Política:

- a) O consenso;
- b) O conflito;
- c) A Política;
- d) O poder;
- e) A autoridade;
- f) A dominação;
- g) A legitimidade;
- h) A soberania;
- i) A ideologia; e
- j) A hegemonia.

Para melhor elucidação, vejamos em apartado cada um desses institutos.

#### **- Consenso**

O conceito de “consenso” na Ciência Política refere-se à ideia de acordo ou consentimento entre diferentes atores políticos ou membros de uma sociedade em relação a certas normas, valores, políticas ou decisões. Esse consenso pode ocorrer em diferentes níveis e contextos. Aqui estão alguns pontos relevantes:

a) **Consentimento Social:** O consenso pode envolver o consentimento generalizado da população em relação às regras e instituições que governam a sociedade. Em teorias políticas, como a teoria do contrato social, destaca-se a ideia de que as pessoas consentem em viver sob um governo em troca de benefícios e proteção.

b) **Consensos Políticos Básicos:** Em muitas sociedades, existe um consenso sobre princípios fundamentais, como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos individuais. Esses são frequentemente considerados como valores essenciais compartilhados.

c) **Consensos Institucionais:** Refere-se ao acordo em torno das estruturas e práticas políticas, como a aceitação geral de eleições como meio legítimo de escolher representantes, ou a confiança nas instituições democráticas.

d) **Consensos de Políticas Públicas:** Pode haver consenso em relação a políticas específicas, como medidas econômicas, programas sociais ou estratégias de segurança. Esse tipo de consenso muitas vezes ocorre por meio de negociações e compromissos entre diferentes atores políticos.



Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Para Seichi<sup>1</sup> as Políticas Públicas, analiticamente, ocorrem com o monopólio de atores estatais, segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador, em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal.

As Políticas Públicas são formadas para atender as demandas da sociedade nas mais diversas áreas ou seguimentos, a iniciativa ocorre por parte dos poderes executivo e legislativo. A lei que institui uma política pública pode, se necessário, assegurar a participação da sociedade na criação, no processo, no acompanhamento e na avaliação da lei, a participação pode ocorrer em forma de conselhos estabelecidos no âmbito municipal, estadual ou federal.

O quadro a seguir apresenta alguns conceitos de Políticas Públicas dados por estudiosos da área, os conceitos se integram e completam o significado ainda que em diferentes períodos:

<u>Autor</u>	<u>Definição de Políticas Públicas</u>	<u>Ano</u>
<u>Mead</u>	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
<u>Lynn</u>	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos	1980
<u>Peters</u>	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam as vidas dos cidadãos.	1986
<u>Dye</u>	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
<u>Laswell</u>	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.	1958

Fonte: Oliveira (2012).

Assim as Políticas Públicas podem ainda ser consideradas como “outputs”<sup>2</sup> como tratado na linguagem dos processos estabelecidos em uma organização, elas são resultados das atividades políticas.

A política pública difere da decisão política, há uma necessidade de envolver diversas ações estratégicas para se implementar decisões tomadas e não apenas uma escolha entre outras alternativas, sendo assim, nem todas as decisões políticas podem ser consideradas como políticas públicas.

A complexidade da sociedade moderna ocorre devido a fatores como: idade, religião, sexo, estado civil, renda, escolaridade, profissão, ideais, interesses, costumes, e tudo isso causa em algum momento uma série de conflitos.

O gerenciamento desses conflitos pode assegurar a sobrevivência e progresso da sociedade como um todo, e isto é estabelecido por meio da política. Segundo Seichi<sup>3</sup>, organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com atores estatais, são protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

**Dica:** Política Pública é um conceito que comporta diferentes expressões, existem várias definições esclarecedoras a respeito, que são importantes para formar uma ideia geral sobre o que seja política e política pública.

1 SECCHI, L.; Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. SP: Cengage Learning, 2010.

2 Saídas

3 SECCHI, L.; Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. SP: Cengage Learning, 2010.



## Realidade Sócio-Político-Histórica Do RS

O Rio Grande do Sul, localizado na região sul do Brasil, é um território que transcende sua rica cultura e diversidade econômica ao revelar uma geologia imponente e um relevo singular. Ao desbravarmos a complexidade da estrutura geológica, somos guiados por uma narrativa que desvela os mistérios das rochas que constituem a essência do estado, e ao explorarmos as características do relevo, testemunhamos a topografia variada que esculpe a paisagem gaúcha.

O subsolo gaúcho emerge como um legado geológico, um arquivo que se estende por milhões de anos. A estrutura geológica do estado, marcada pela presença de rochas sedimentares, metamórficas e ígneas, proporciona um mosaico de formações únicas. A Bacia do Paraná, uma extensa área de sedimentação, revela-se crucial na compreensão da origem do solo fértil que sustenta a agricultura regional, resultado de processos geodinâmicos ao longo de eras geológicas.

A presença de rochas metamórficas nas serras, como o granito e o gnaiss, atesta a intensidade dos processos tectônicos que esculpiram o Rio Grande do Sul ao longo do tempo. Essas rochas resilientes não apenas compõem as majestosas formações montanhosas, mas também exercem influência marcante na qualidade do solo, impactando diretamente a agricultura e a fauna local.

O mapa topográfico do Rio Grande do Sul revela uma sinfonia visual de formas e altitudes, uma diversidade de relevos que encanta os observadores. O Pampa, vasta planície que se estende por grande parte do território, é uma expressão marcante do relevo gaúcho. Essa extensa área de campos nativos, moldada pelos suaves contornos das coxilhas e pela presença de banhados, é resultado de processos erosivos que ao longo do tempo esculpiram sua topografia plana, proporcionando solo fértil e propício para a pecuária e agricultura extensiva.

Contrapondo-se à planície do Pampa, as serras gaúchas oferecem um espetáculo de altitudes deslumbrantes. A Serra Geral, com suas formações rochosas íngremes e vales profundos, não apenas desafia os aventureiros em busca de trilhas desafiadoras, mas também abriga uma biodiversidade única, adaptada às condições específicas desse ambiente acidentado.

A interconexão entre a estrutura geológica e as características do relevo é clara ao examinarmos como as rochas que compõem o subsolo influenciam diretamente as formas do terreno. A resistência das rochas metamórficas nas serras cria elevações imponentes, enquanto os sedimentos depositados nas planícies formam a base fértil do Pampa.

Os processos erosivos contínuos moldam incansavelmente a paisagem gaúcha. Rios como o Uruguai e o Jacuí, esculpindo vales e desfiladeiros ao longo de milênios, testemunham a constante dança entre a geologia e o relevo. As cuestas, resultantes da erosão diferencial entre camadas rochosas, são exemplos da harmoniosa interação entre elementos geológicos e topográficos, criando cenários únicos no estado.

Desse modo, a estrutura geológica e as características do relevo do Rio Grande do Sul são fundamentais para compreender a riqueza natural dessa região. Desde as vastas planícies do Pampa até as altas serras, cada centímetro do território gaúcho conta uma história geológica intrigante e singular. A compreensão dessa interação entre a terra e as formas que ela assume nos convida a apreciar a diversidade e a complexidade do espaço natural do Rio Grande do Sul.

### **Ecossistemas florestais e não-florestais**

As florestas gaúchas, verdadeiros pulmões verdes do sul, desempenham um papel vital na sustentação do equilíbrio ambiental. A Mata Atlântica, presente em algumas áreas, desvenda uma profusão de espécies vegetais e animais, transformando-se em um ecossistema singular e ameaçado. Entre as majestosas árvores, como a simbólica Araucária, as matas de altitude contribuem para a rica biodiversidade local. Parques nacionais como Aparados da Serra e Serra Geral surgem como testemunhos emblemáticos, abrigando uma complexa interdependência entre flora e fauna.



A Administração Pública constitui uma importante parte da ciência da Administração, é ela que representa o aparelho do Estado e funciona como um instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, com o objetivo principal de dar plena satisfação das necessidades coletivas básicas, e para satisfazer essas necessidades a Administração Pública precisa manter-se em constante evolução.

Com essa constante evolução a Administração Pública Brasileira vem se transformando em função dos objetivos dos gestores públicos e principalmente das necessidades apresentadas pelos cidadãos, que cada vez mais cobram pelos seus direitos e se conscientizam da importância que possuem no controle das ações públicas. Essa consciência de seus direitos impõe à Administração Pública a necessidade de profissionalização, primando pela qualidade e transparência na execução de suas ações.

### Fases da Administração Pública

A Administração Pública, na história dos governos republicanos no Brasil, evoluiu por meio de três modelos de gestão, sendo eles:

#### ▪ Modelo Patrimonialista

Ocorrido durante a era do Império, mesmo de forma desorganizada, o patrimonialismo foi o primeiro modelo de administração do Estado.

No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real.

#### ▪ Modelo Burocrático

A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX (era Vargas), como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, constituindo princípios orientadores do seu desenvolvimento, como a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal.

#### ▪ Modelo Gerencial

A Administração Pública gerencial emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

Sendo a fase mais recente, e que ainda está sendo implementada, a principal fonte do modelo gerencial é o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (PDRAE).

Os aspectos contemporâneos da gestão pública referem-se exatamente à Reforma Gerencial. Vejamos:

#### Reforma Gerencial<sup>1</sup>

Administração pública gerencial, modelo pós-burocrático, paradigma gerencial, nova administração pública (new public administration) e burocracia flexível, são as denominações do modelo organizacional que foca no controle dos resultados (portanto, a posteriori), na utilização eficaz do patrimônio público, redução de gastos, melhora na qualidade dos serviços públicos prestados e satisfação do cidadão-cliente frente a esses serviços.

1 BRESSER PEREIRA, L. C. DEMOCRACIA, ESTADO SOCIAL, E REFORMA GERENCIAL. Intervenção no VI Fórum da Reforma do Estado. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2007.